

A educação não formal como princípio da organização, da resistência cultural e antirracista das comunidades quilombolas – a figura feminina como liderança

Non-formal education as a principle of organization, cultural and anti-racist resistance of quilombola communities - the female figure as leadership

Kleber Ferreira Costa¹, Dinani Gomes Amorim², Odair França de Carvalho³

Como citar esse artigo. COSTA, K. F. AMORIM, D. G. DE CARVALHO, O. F. A educação não formal como princípio da organização, da resistência cultural e antirracista das comunidades quilombolas – a figura feminina como liderança. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 14, n. 1, p. 89-101, jan./abr. 2023.



Resumo

A preservação de um núcleo cultural quilombola, compreendido como o espaço cultural em que o grupo de pessoas se reúne, convive e troca experiência, é marcada pelo enfrentamento ao racismo estruturante e epistêmico a partir da educação não formal como princípio da organização, resistência cultural e antirracista das comunidades quilombolas através da presença feminina. Nesse cenário, este artigo objetiva identificar as reações e as relações do quilombismo à resistência dessas comunidades, pela luta e fortalecimento da existência dos descendentes negro-africanos. O arcabouço teórico tomou por base as reflexões de Gonzalez (1984), Bairros (1995), Nascimento (2002), Sodré (2005), Hall (2013), entre outros. Enquanto aspecto metodológico, utilizou-se do método de revisão integrativa, com revisão da literatura, a partir de pesquisa nos acervos digitais da SciELO, CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - PPGEcoH da UNEB. Como conclusão da pesquisa, verificou-se que esse processo de educação comunitária descoloniza forças conservadoras ocidentais para abrir espaço para a cultura local das comunidades quilombolas através da liderança feminina.

Palavras-chave: Feminismos; Identidade; Cultura Quilombola; Educação não formal.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

The preservation of a quilombola cultural nucleus, understood as the cultural space in which the group of people gathers, coexists and exchanges experiences, is marked by the confrontation with structuring and epistemic racism through non-formal education as a principle of organization, cultural and anti-racist resistance of quilombola communities through the presence of women. In this scenario, this article aims to identify the reactions and relations of quilombism to the resistance of these communities, for the struggle and strengthening of the existence of black-African descendants. The theoretical framework was based on the reflections of Nascimento (2002), Sodré (2005), Hall (2013), Gonzalez (1984), Bairros (1995), among others. As a methodological aspect, the integrative review method was used with literature review with research in the digital collections of SciELO, CAPES and the Graduate Program in Human Ecology and Socio-environmental Management - PPGEcoH of UNEB. As a conclusion of the research, this process of community education decolonizes western conservative forces to open space for the local culture of quilombola communities, through female leadership.

Keywords: Feminisms; Identity; Quilombola Culture; Non-formal education.

Introdução

O tema que se apresenta para discussão neste artigo é desafiador. Pode-se dizer que ele aponta para a resistência cultural e antirracista nas comunidades quilombolas a partir da educação não formal, que é aquela não sistematizada na escola regular, mas que tem a organização de base como princípio e luta, principalmente, quando a participação feminina toma a liderança. É importante dizer que o presente artigo está ligado aos estudos realizados pelo presente autor, nos últimos anos, sobre a Educação não formal na organização dos núcleos culturais em comunidades quilombolas – resistência e cooperação, em que, ao realizar uma incursão pelos quilombos, notou-se a figura feminina como liderança dos núcleos

Afiliação dos autores:

¹Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental PPGEcoH - UNEB, Juazeiro, BA, Brasil.

²Doutora em Ciências da Computação e Matemática Computacional. Professora do PPGEcoH - UNEB, Juazeiro, BA, Brasil.

³Doutor em Educação. Professor da UPE. Petrolina, PE, Brasil.

* Email de correspondência: kleber.costa@upe.br

Recebido em: 13/07/2022. Aceito em: 28/02/2023.

culturais, o que aponta para a resistência pela memória cultural daquelas comunidades.

O desenvolvimento desta pesquisa tem por base a abordagem da Ecologia Cultural defendida por Julian Steward (*apud* KORMONDY, Edward J; BROWN, Daniel E., 2013) que aborda sobre a integração entre núcleo cultural e ambiente ao passar pela ação da tecnologia, gerando assim novos comportamentos e novas culturas. Esse conceito se amplia ao passo que Granado Campos (2010) propõe a terminologia “Socioecologia”, que engloba a complexidade das relações homem-ambiente, com suas implicações sociais, políticas e culturais.

Assim, o conceito de núcleo cultural é definido como o espaço da comunidade em que o grupo de pessoas se reúne, convive e troca experiência, o que influencia a organização cultural e social de uma comunidade. A organização social, por sua vez, influencia a ideologia e a religião desse grupo (KORMONDY, 2013).

Ao situar o núcleo cultural, está-se preocupado em perceber o poder que essa organização tem em formar a comunidade para a resistência de sua cultura a partir da cooperação. Se Steward conduz à concepção dos “níveis de integração sociocultural”, como critério para permitir a comparação das culturas visando à elaboração de tipos interculturais (VIERTLER, 1998, p. 26), aqui, comparar núcleos de cultura, comunidades vivas que formam seus integrantes, será requisito para entender como os núcleos resistem em meio ao deslocamento global das sociedades em suas complexidades.

As transformações socioculturais levam a um aumento de complexidade das sociedades, assim como a perdas culturais (VIERTLER, 1998, p. 32), que se percebe apenas ao comparar culturas, daí o grande feito de Steward, a comparação cultural em buscar respostas para a função do núcleo cultural e sua atuação frente ao desafio de servir como elemento de formação da comunidade ecocultural.

Isso se explica pela redefinição do “núcleo cultural” proposto por Steward, que vai definir as razões que levam determinada cultura a enveredar por uma tendência evolutiva específica e não por outra, podendo levá-la a uma nova adaptação ou ao seu desaparecimento (VIERTLER, 1998, p. 37). Portanto, compreender o núcleo cultural como formador cultural é algo balizador e determinante numa comunidade de base que se fortalece pela resistência, principalmente quando essa é quilombola.

Assim, este estudo se mostra relevante por dois motivos: primeiro, por questionar a forma de como essa sociedade contemporânea afeta o ecossistema, ou seja, o modo de vida de uma comunidade quilombola, que quebra o vínculo cultural e fragiliza os sistemas identitários de um grupo originário em função dos mecanismos de manutenção do poder unilateral e opressor como o racismo, o sexismo, o bullying, e depois, por utilizar de estratégias de educação não formal que fortalecem os elos entre a organização do núcleo cultural da comunidade e a cooperação do grupo pela resistência da memória cultural.

Dessa maneira, este artigo busca responder a seguinte questão-problema: de que forma o núcleo cultural se organiza para manter seus ideais de preservação cultural e de identidade? Trata-se, assim, de uma investigação que objetiva identificar as reações e as relações do quilombismo à existência da comunidade quilombola, pela luta e fortalecimento da existência dos descendentes negro-africanos.

Do ponto de vista metodológico, utilizou-se da revisão da literatura, a partir do tipo revisão sistemática bibliográfica, usando especificamente, do método de revisão integrativa para se apoiar em saberes e ações que revelam a resistência e a cooperação para manterem vivas as comunidades quilombolas. Assim, na seção seguinte, o tema feminismo, raça, gênero, classe, resistência, territorialidade, formação, entre outros, serão apresentados para que sejam discutidos com base nos dados levantados.

Resistência feminina nas comunidades quilombolas

Tratar do tema resistência nas comunidades quilombolas remete-se à discussão das questões relacionadas ao racismo na contemporaneidade, pois são esses estudos que no conjunto dos movimentos

antirracistas vão culminar na lei de cotas, lei federal 12.711/2012, e nas leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Desse modo, quando em Luiza Bairros (1995) apresenta, a partir da revisão histórica do feminismo, no artigo, *Nossos Feminismos Revisitados* a necessidade de potencializar afirmativamente, por meio de reflexão e da ação política, ações que envolvam o reconhecimento pela multidimensionalidade (raça, gênero, classe social, orientação sexual) que se entende esse mosaico (GRANT, 1991 *apud* BAIROS, 1995). De acordo com esse ponto de vista feminista, não há uma identidade, mas a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada pela luta de existir.

Segundo Bairros (1995), a concepção de feminismo a partir da categoria *mulher experiência e política pessoal* - a mulher negra não é mais oprimida do que uma mulher branca da mesma classe -, ela é oprimida pela posição de mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. Esse é o ponto central por onde perpassa a participação da mulher na sociedade e que, em nenhum momento, podem ser analisados separados.

Diz Bairros (1995), que nos Estados Unidos da América (EUA), o feminismo negro é uma das principais expressões da teoria do ponto de vista (*standpoint theory*), que luta pela identidade comum entre todas as mulheres. Isso permitiria responder às questões de assimetria nas relações de brancas e negras que cotidianamente são apresentadas de forma problemática.

Nos estudos de Bell Hooks (1989 *apud* BAIROS, 1995), a autora aponta que se deve acabar com a diferença de gênero e, só assim, acabaria o sexismo, a dominação patriarcal, a existência do racismo e as noções de inferioridade e superioridade. Para Hooks, “o pessoal é político”, significa politização e transformação da consciência. Uma ideia de gênero como poder, que dialoga com Grants (1991).

Segundo a afro-americana Patrícia Hill Collins (1991 *apud* BAIROS, 1995), essa luta é desafiar as ideias hegemônicas da elite masculina branca, expressando uma consciência sobre a interseção de raça e classe na estrutura de gênero. Assim, a autora pontua temas que são relevantes do ponto de vista do feminismo negro que são: o legado de uma história de luta; a natureza interligada a raça, gênero e classe; o combate a estereótipos ou imagens de controle; atuação como mães professoras e líderes comunitárias e a política sexual. Temas esses que envolvem formação comunitária e liderança em prol do reconhecimento dessas categorias (raça, gênero e classe) negadas estruturalmente.

Collin (1991) considera a experiência construída por mães e líderes comunitárias e, assim, define que o pensamento feminista negro seria, então, um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade, envolvendo interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.

Para Bairros (1995), a contribuição de Collin (1991) possibilita entender a forma como a mulher negra é apresentada na sociedade em muitos casos de discriminação racial, daí aponta para: a contradição que se enfrenta nas várias esferas de relações sociais; a supressão ou aceitação condicional do conhecimento, que é sempre uma possibilidade, mesmo nos contextos que dependem de uma reflexão para atuar; a visão a partir do lugar ocupado (que o homem negro não vê e que o branco não vê também).

Reforça, Bairros (1995) - pelo contexto apresentado a partir da empregada doméstica – que ela (a empregada doméstica), vista sempre como a escrava moderna, se uma com outras e não seja explorada economicamente, pois a grande tarefa é potencializar-se afirmativamente a partir da reflexão e da ação política. Isso significa a organização e o engajamento social a partir do lugar que ocupa pelo processo de conscientização.

Se segundo Nascimento (2002)¹, o escravagismo² tentou destruir a cultura, a luta e a terra, no sentido de sentimento, ou seja, a territorialidade (COELHO NETO, 2013) do negro africano em função da exploração

1 Mesmo que os estudos de Nascimento (2002) tenham sido pertinentes até o período dos governos militares, neste artigo eles reforçam a necessidade da resistência nos movimentos quilombolas.

2 Doutrina do partidário da escravatura (Dicionário Houaiss Corporativo).

desenfreada do trabalho escravo. Criou, também, um sentimento social marginal de não aceitação da cor, da raça, da religião, da dança e do jeito de ser da cultura negra que documento nenhum estabelece diálogo, senão com apoio de políticas públicas eficientes de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a outras formas de intolerância.

Dizer que é miscigenado é dizer que é misturado ou mestiço. O dicionário Houaiss Corporativo explora esse significado, porém tal definição se reveste de concepções que merecem ser esclarecidas:

[...] miscigenação em termos de encontro espontâneo e livre fusão entre pessoas de origens diferentes é uma coisa; outra bem diferente é aquela miscigenação que começa com o estupro brutal do branco contra a mulher negra escravizada, e tem prosseguimento na discriminação étnico-social contra o afro-brasileiro, tão mais definitiva quanto mais perto ele está de suas origens raciais, na cor da pele e outros atributos somáticos e culturais. (NASCIMENTO, 2002, p. 121)

Observando esse conceito, historicamente, a segunda concepção de miscigenação sempre esteve presente na sociedade, pois de forma brusca, rompe com os direitos humanos, ficando o “estupro brutal”, querendo branquear a aparência da população brasileira (NASCIMENTO, 2002, p. 121) sem valorizar sua natureza, sua espiritualidade e sua identidade, como se a escravidão tivesse sumido, pelo contrário, o sistema escravocrata não existe no papel, porém sua sombra persiste fortemente e ameaça se não houver resistência.

Assim, romper com essa visão eurocêntrica de branquear a sociedade brasileira se faz necessária e ganha força pelo reconhecimento das identidades negras que avançam com autonomia pelos movimentos sociais, pelas lutas, pelas organizações sindicais e pelos quilombos, o que quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial (NASCIMENTO, 2002, p. 348).

Portanto, o quilombismo é o movimento que fortalece a luta pela existência dos descendentes negro-africanos. Ele atua na interação das diferenças entre as culturas e identidades. Dessa forma, mesmo que seja um movimento em articulação, porque precisa justamente da formação continuada e não formal, além de políticas públicas eficazes, seus princípios e propósitos, segundo Nascimento (2002, p. 369), revelam que há algo que precisa ser feito para preservar a natureza, a cultura e a experiência negra afro-brasileira.

No entanto, para preservar, primeiro é importante compreender o conceito de cultura, pois sem esse fundamento se perde a relação entre cultura e identidade. Para os antropólogos, cultura já não é mais a tradição transmissível de comportamentos aprendidos, mas um complexo diferenciado de relações de sentido, explícitas e implícitas, concretizadas em modos de pensar, agir e sentir (SODRÉ, 2005, p. 12). Nesse conceito, vê-se que a cultura admite uma relação de valor simbólico com o imaterial. Difere do conceito ocidental que concebe cultura como produção, em que o material simbolizava mais que o sentimento pelas relações sociais estabelecidas em um território (SODRÉ, 2005).

Sodré (2005, p. 12) reflete ainda que “dentro ou fora do discurso antropológico, a palavra cultura relaciona-se com as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real”, isso dialoga com o conceito de *território* apresentado por Coelho Neto (2013, p. 30) como “formas socialmente construídas e a partir de uma perspectiva relacional”. Nesse diálogo, perpassa a produção construída socialmente pela relação com o real, material ou imaterial, que gera sentimento, respeito, revelando a identidade, porque cultura é o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global (HALL, 2013).

Isso tem a ver diretamente com a forma de organização social entre os homens com o meio, pois ao revelar “a organização geral em um caso particular” (WILLIAMS, 1965 *apud* HALL, 2013, p. 149), ou seja, o que alguém realiza individualmente faz relação com o social, essa relação identitária é a cultura e, desse modo, “a análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma

o complexo desses relacionamentos” (HALL, p. 149). Por isso, é importante especificar a forma dessa organização para poder entender as comunidades quilombolas e sua identidade cultural.

Referindo-se à identidade, Hall (2013, p. 94) a define da seguinte forma: “todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites – definindo o que são em relação ao que não são”. Isso conduz a uma reflexão que não se pode compreender a identidade apenas por pertencer a um grupo social. Esse reconhecimento identitário surge por meio do conflito de si com o outro, pois é nesse olhar da diferença que a identidade se apresenta.

Assim, “cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus *outros*” (HALL, 2013, p. 95), justamente porque precisa dele (do outro) para poder se perceber ou se completar, já que é insuficiente. O que dialoga com Laclau (1996 *apud* HALL, 2013, p. 95), quando, pela perspectiva do deslocamento do ser, explica que “isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva”, que precisa conflitar e resistir para preencher o vazio chamado identidade.

Persistir, porém, através da organização dos núcleos culturais quilombolas, parece ser o caminho para cultivar a vivência, a memória e a identidade desse povo, pois formar os quadros do quilombismo é tão importante quanto a mobilização e a organização da comunidade negra (NASCIMENTO, 2002, p. 358). Isso é motivo de resistir unindo o saber em ação, oriundo dessa organização, com a real luta pela preservação cultural quilombola.

Procedimento metodológico

Este estudo apoiou-se na revisão da literatura que se define pela análise de temáticas pontuadas por suas particularidades, sob diferentes, olhares para a obtenção de informações distintas sobre um mesmo assunto. Como afirma Galvão e Ricarte (2019, p. 2), é provável “(...) encontrar diversos artigos de revisão de literatura que apresentam diferentes abordagens para as diferentes etapas do desenvolvimento de um trabalho”.

O método utilizado é a revisão integrativa que pertence a revisão sistemática bibliográfica. Para Whitemore e Knafl (2005 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.127), o “termo integrativa tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método”, ponto esse que “evidencia o potencial para se construir a ciência”.

A revisão integrativa é uma abordagem que utiliza diversos métodos, experimentais ou não experimentais. Assim, segundo Whitemore e Knafl (2005 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.133), esse procedimento deve ser escolhido quando se quer realizar “a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado” e/ou quando se pretende obter “informações que possibilitem aos leitores avaliarem a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão”.

Desse modo, a coleta foi pautada na busca por enfoques diferentes, a fim de que a análise possibilitasse a reflexão sobre os diversos aspectos que envolvem o tema da organização dos núcleos culturais através da educação não formal e a liderança feminina. Os acervos digitais consultados foram: SciELO (Scientific Electronic Library Online), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o acervo do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - PPGecoH da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), com pesquisas do curso de pós-graduação de mestrado.

A fim de especificar o tema, utilizou-se dos seguintes descritores: núcleo cultural; preservação cultural; identidade; comunidade quilombola; educação não formal. A pesquisa concentrou seu escopo nos anos de 2016 a 2021, considerando publicações a partir do início de instalação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - PPGecoH, em 2016, no Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais/Campus III - Juazeiro até a realização deste artigo em 2021.

A busca foi realizada no campo “por assunto”, e foram feitas três buscas nos referidos acervos,

seguindo a mesma estrutura. A primeira, utilizou as palavras-chave “Núcleo cultural”, “Comunidades quilombolas” e “Educação não formal”, com a ajuda do operador *booleano* “AND”. A segunda busca foi com a proposição “Identidade”, “comunidade quilombola” e “Educação não formal”. A terceira busca, portanto, foi a mais específica, nessa utilizou-se a proposição “Identidade e Comunidade quilombola”. As palavras e proposições foram escolhidas com o objetivo de encontrar trabalhos relacionados às reações e às relações do quilombismo à existência da comunidade afrodescendente.

Para os critérios de inclusão, foram considerados os artigos revisados por pares, data de publicação delimitando pesquisas de 2016 a 2021, e o idioma português pela sua abrangência. Foram excluídos os trabalhos que não tratavam sobre identidade cultural das comunidades quilombolas e resistência, e os publicados antes de 2016. Assim, 12 artigos encontrados na SciELO com descritores Identidade e Comunidades quilombolas, usando como filtro: Coleção: Brasil; Periódicos: todos; Idioma: Português; Ano de publicação: todos; Área temática: Ciências Humanas; Área temática: Multidisciplinar; Tipo de literatura: Artigo. No entanto, pelo ano de pesquisa, apenas 5 foram considerados e 3 serviram de elemento de análise por apresentar mais informações ao tema.

Quadro 1. Artigos encontrados na SciELO.

Identificação dos artigos	Título	Autor	Ano
Artigo 1	Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de alagoas.	Fernandes, Saulo Luders; Galindo, Dolores Cristina Gomes; Valencia, Liliana Parra.	2020
Artigo 2	Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas.	Ferreira, Maria Raquel Dias Sales; Eiterer, Carmem Lúcia; Miranda, Shirley Aparecida de.	2020
Artigo 3	O processo educativo do jongo no quilombo machadinha: oralidade, saber da experiência e identidade.	Costa, Rute Ramos da Silva; Fonseca, Alexandre Brasil.	2019
Artigo 4	A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política.	Félix-silva, Antonio Vladimir; Soares, Gabriela Pinheiro; Santos, Ana Caroline; Braga, Iara Mendes. Nascimento, Valquiria Nogueira.	2019
Artigo 5	Territorialidade e cultura entre os kalunga: para além do culturalismo.	Marinho, Thais Alves.	2017

Fonte: SciELO, 2022.

No acervo digital da CAPES, com os descritores Identidade e Comunidades quilombolas, foram encontrados 563 resultados. Desses, apenas 13 artigos especificavam a temática, ao usar o filtro: Idioma: Português; Ano de publicação: 2016 – 2021; Tipo de literatura: artigo; Tópico específico: Identidade. Dos 13 artigos pesquisados, um já se encontrava nos arquivos da SciELO, outro era repetido e um era estrangeiro. Portanto, apenas 10 artigos foram cadastrados e 5 usados para análise pela precisão voltada ao tema.

Quadro 2. Artigos encontrados na CAPES.

Identificação dos artigos	Título	Autor	Ano
Artigo 6	Possibilidades e realidades em comunidades Quilombolas do Maranhão: o turismo como resgate da memória e identidade.	Santos, Saulo Ribeiro dos Lucas Leite, Angela Roberta Da Conceição Rocha, Aurea Helena De Souza Barbosa, Gabriela	2020
Artigo 7	Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil.	Teisserenc, Pierre; Teisserenc, Maria José da Silva Aquino	2018
Artigo 8	O direito como instrumento de preservação cultural: uma análise sociojurídica do reconhecimento da comunidade quilombola de Vargem Comprida (BA) como terra remanescente de quilombo.	Almeida, Raphael de Souza Santos; Freitas, Karolayne Nunes dos Santos	2021
Artigo 9	Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses.	Felipe, Gibson Cunha; Sebastião, Guilherme Albano,	2017
Artigo 10	Quilombos e Educação: identidades em disputa.	Miranda, Shirley Aparecida de	2018
Artigo 11	Educação para a emancipação: O território quilombola como “lugar de memória” e identidade étnico-cultural.	Lacerda, Nayara Ferreira	2020
Artigo 12	Justiça restaurativa e conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: um estudo de caso no município de Santarém, Pará.	Silva Neto, Nirson Medeiros da; Santos, Alessandro de Oliveira dos	2018
Artigo 13	Comunidade Barroso (Camamu - BA) pós 2008: a certificação e a nova configuração de quilombo.	Cruz Moy, Emily Alves Querino da Silva, Flavia Leal Barbosa, Ana Angélica	2016
Artigo 14	Festa e fronteira: as celebrações intersticiais do quilombo de conceição das crioulas.	Águas, Carla Ladeira Pimentel	2018
Artigo 15	Escolas de ontem e de hoje na amazônia paraense: Fissuras em prol das aprendizagens e da Formação docente.	Rodrigues, Isabael Cristina França dos Santos	2020

Fonte: CAPES, 2022.

Nas dissertações do acervo digital da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, de 2018 a 2020, há registro de 35 dissertações e nenhuma tese, devido à primeira turma de doutorado estar ainda em andamento. No entanto, com os descritores Identidade e Comunidades quilombolas, foram encontrados apenas 5 resultados e 1 utilizado como apoio à reflexão.

Quadro 3. Dissertações encontradas no acervo digital do PPGEcoH.

Título	Autor	Ano
Dissertação 16 - Identidade de uma comunidade quilombola em associação com a pesca artesanal.	Costa, Adrielle Cristina de Souza	2018
Dissertação 17 - Os quilombos como novos nomos da terra.	Nascimento, Luis Eduardo Gomes do	2018
Dissertação 18 - As lutas das mulheres de lage dos negros na cartografia social, política e ambiental: Feminismo Descolonial em Ecologia Humana.	Gonçalves, Maria Elizabeth Souza	2018
Dissertação 19 - Crianças nos terreiros de candomblé do sertão.	Santos, Robson Marques dos	2018
Dissertação 20 - Povos de terreiro, ancestralidade, corpo e território: meio ambiente integro como direito fundamental.	Silva, Ioná Pereira da	2020

Fonte: acervo digital do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental PPGEcoH, 2022.

Análise e discussão dos resultados

Para esta seção, buscou-se elementos discursivos presentes nos artigos e dissertações, não sendo necessário referenciar todo(a)s, pelo fato das ideias dialogarem entre si, o que puderam sustentar a articulação entre o referencial teórico e o objeto de estudo que é a resistência para manter a identidade das comunidades quilombolas. Desse modo, os artigos foram identificados com um código específico (Artigo + o número de ordem do artigo e Dissertação + o número de ordem da dissertação) para facilitar a referência no percurso da análise e discussão dos dados.

Partindo da afirmação de que o ser humano se encontra afetado, condicionado pela ontologia do real, implicando em uma rede de múltiplas relações, de natureza distinta, multireferenciais, que interagem e conflituam, gerando uma totalidade fundida numa unidade do diverso (MARX, 1982 *apud* BOMFIM, 2021), assim se encontram as formas de organização das comunidades quilombolas para manter os seus ideais de preservação cultural, em um espaço de conflito. Ao interagir, as comunidades quilombolas afirmam seus desejos de luta pela subjetividade inerente ao seu contexto sócio-histórico, presente nos textos: Artigo 1- Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de alagoas (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020); Artigo 2 - Raça e gênero na construção de trajetórias quilombolas (FERREIRA; EITERER; MIRANDA, 2021); Dissertação 18 - As lutas das mulheres de Lage dos negros na cartografia social, política e ambiental: Feminismo Descolonial em Ecologia Humana (GONÇALVES, 2018). Em Artigo 1, os autores abordam o enfrentamento cotidiano da mulher quilombola às questões de gênero, raça, vida do campo, violência doméstica e à luta de reconhecimento do espaço da mulher no quilombo (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020). Em Artigo 2, fala-se, com orgulho, dos avanços sociais e políticos, além das próprias manifestações culturais, como o Candomblé, as rezas, as festas, já que, no texto, os autores entenderam que essas manifestações também são uma forma de operar com a diferença para lutar pelos direitos (FERREIRA; EITERER; MIRANDA, 2021). Já em Dissertação 18, além de discutir a relação gênero e raça, a autora aborda a nova luta que está sendo travada em torno da erradicação da exploração sexual de meninas e da percepção colonial dos corpos das mulheres como

extensão da terra explorada (GONÇALVES, 2018).

Nesses excertos, verifica-se o desejo de mudança social pelo espaço de igualdade de gênero, raça, sexo ou religiosidade através da organização social. Daí a importância da luta pelo reconhecimento do espaço da mulher no quilombo que resiste pelo desejo de ser reconhecida como mulher, livre e empoderada pelo senso de responsabilidade social, assim como seu companheiro.

No Artigo 5 - Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo, a autora reflete a etnicidade do grupo que se sustenta em sua própria organização social (MARINHO, 2017). Essa relação entre etnicidade e organização social é estabelecida pelo valor a terra, não no sentido material, mas pelo simbólico, que na perspectiva de Haesbaert (2004 apud COELHO NETO, 2013), só se compreende territorialidade pela integração da multidimensionalidade que é o reconhecimento do território enquanto elemento material e imaterial.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com mais razão precede o espaço econômico. (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p. 72).

Aqui também se une o direito à terra, ao reconhecimento de direitos pela Constituição Brasileira de 1988, presentes em Artigo 7 - Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil (TEISSERENC; TEISSERENC, 2018) e em Artigo 8 - O direito como instrumento de preservação cultural: uma análise sociojurídica do reconhecimento da comunidade quilombola de Vargem Comprida (BA) como terra remanescente de quilombo (ALMEIDA; FREITAS, 2021), além do grande marco da justiça restaurativa em Artigo 12 - Justiça restaurativa e conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: um estudo de caso no município de Santarém, Pará (SILVA NETO; SANTOS, 2018).

Essas lutas por reconhecimento e reparação por direito revelam a concepção de poder pelo entendimento propositivo de Hannah Arendt (2009 *apud* COELHO NETO, 2013), caracterizado pela possibilidade de legitimidade instituída por um grupo, pois o poder seria uma construção coletiva, que emerge através do consenso que se realiza nas relações horizontais entre os agentes sociais. Assim, as comunidades quilombolas resistem frente à possibilidade imposta à própria vontade para assumir seu território.

Do mesmo modo, a organização educacional que, através da informação, funciona como um elemento de defesa das comunidades quilombolas é percebida em Artigo 6 - Possibilidades e realidades em comunidades Quilombolas do Maranhão: o turismo como resgate da memória e identidade (SANTOS *et al.*, 2020), quando o conhecimento sobre o turismo somado à história local da comunidade - a memória - passa a servir de fonte econômica. Ainda em Artigo 15 - Escolas de ontem e de hoje na Amazônia paraense: Fissuras em prol das aprendizagens e da Formação docente (RODRIGUES, 2020), em que a partir da contação de histórias e a mediação de leituras enquanto movimentos integrantes às fissuras da escola regular, decolonizam e criam alternativas de outro ideal de escola. Esses exemplos dialogam com Gonzales (1984) ao explicar a diferença entre consciência e memória. Para a autora,

[...] a consciência a gente entende o lugar do desconhecido, do descobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O entendimento de Gonzales (1984) sobre a memória presente nesse excerto traz o “não-saber” que não foi “escrito pela história” para mostrar o quanto de luta pela comunidade quilombola precisa ser realizado. Nos artigos analisados, a prática do turismo e da leitura literária nessas comunidades são saberes em ação que organizam e ajudam a comunidade a se manter viva em seus ideais.

Considerações Finais

A memória da comunidade quilombola é construída por lutas sociais em diferentes aspectos que perpassa por discussões que vão desde a organização política até a formação de liderança. Desse modo, para identificar as reações e as relações do quilombismo, enquanto luta e fortalecimento da história social dessas comunidades afrodescendentes, foi necessário utilizar da revisão sistemática da literatura para que a pesquisa pudesse se tornar mais específica.

Sobre a organização das comunidades quilombolas, é visível o enfrentamento ao racismo e ao sexismo presentes nas comunidades, assim como no espaço social. A organização das mulheres contra esse racismo estrutural mostra os avanços políticos, evidenciando os rituais religiosos como forma de registro da ancestralidade e da memória cultural.

No mesmo sentido, o reconhecimento do território enquanto elemento material e imaterial/simbólico está presente na luta pela terra como espaço garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Outra forma de organização é percebida pela formação através de curso profissionalizante com foco na memória da comunidade que capacita membros a explorar a história e a cultura local, o que dialoga com as práticas de letramento literário com viés da memória quilombola como forma de manter viva a cultura da comunidade.

Portanto, são ações de enfrentamento junto à formação integral e cooperativa que fazem do núcleo cultural quilombola um espaço de organização e preservação cultural que pelo processo de educação comunitária, descoloniza forças conservadoras ocidentais patriarcais para abrir espaço para a cultura local das comunidades quilombolas através da liderança feminina.

Referências

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. Festa e fronteira: as celebrações intersticiais do quilombo de conceição das crioulas. **Revista de história das ideias**, 2018, Vol.35, p.463-478. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ALMEIDA, Raphael de Souza Santos; FREITAS, Karollayne Nunes dos Santos. O direito como instrumento de preservação cultural: uma análise sociojurídica do reconhecimento da comunidade quilombola de Vargem Comprida (BA) como terra remanescente de quilombo. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, 2021, Vol.8. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Universidade Estadual de Michigan. **Revista Estudos Feministas**. v.3 n. 2. 1995.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **História e epistemologia da Ecologia Humana** – Salvador – BA: Editora Mente Aberta. 2021.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. *Geographies et cultures*, Paris: L'Harmattan, n. 20, 1996. In: HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011 · ISSN 1980-5756. Disponível em: <http://www>.

gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. LEI nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

_____. MEC. Lei 11645, de 10 de março de 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a

multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.

COSTA, Adrielle Cristina de Souza Costa. Identidade de Comunidade Quilombola em Associação com a Pesca Artesanal 2018. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental). Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.

COSTA, Rute Ramos da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil. O processo educativo do jongo no quilombo machadinho: oralidade, saber da experiência e identidade. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019182040> Acesso em: 15 nov. 2021.

CRUZ MOY, Emily Alves; SILVA, Flavia Querino da; BARBOSA, Ana Angélica Leal. Comunidade Barroso (Camamu - BA) pós 2008: a certificação e a nova configuração de quilombo. **Revista ODEERE**, Vitória da Conquista, 2016 (1), p.214-231. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscarador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ESCRAVAGISMO. *In*: DICIO **Dicionário Houaiss Corporativo**. Disponível em: https://www.houaiss.net/corporativo/plugin_html.php. Acesso em 15 jul. 2022.

FELIPE, Gibson Cunha; SEBASTIÃO, Guilherme Albano. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, 2017, Vol.64 (64), p.153-184. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscarador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FÉLIX-SILVA, Antonio Vladimir *et al.* A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39 n. (spe) • 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222599>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de alagoas. *Revista Psicologia em Estudo*, Campinas, v. 25, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.45031>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FERREIRA, Maria Raquel Dias Sales; EITERER, Carmem Lúcia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista Estudos Feministas* 2020, *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão sistemática da literatura**: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da informação*, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835/4187>Acesso em: 02 nov. 2021

GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza. As lutas das mulheres de Lage dos Negros na cartografia social, política e ambiental : feminismo descolonial em ecologia humana. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental). Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *In*: GONZALEZ,

Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa....

Revista Ciências Hoje, Anpocs. São Paulo: 1984. p. 190-214

GRANADO CAMPOS, Luis Roberto. **Ecología cultural**: metamorfosis de un concepto holometábol. *Relaciones, estudios de historia y sociedad*, vol. XXXI, núm. 123, 2010, pp. 183-217. El Colegio de Michoacán, A.C. Zamora, México.

- HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 2ª Edição.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. *In*: COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **GEOgraphia**, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.
- KORMONDY, Edward J. BROWN, Daniel E. **Ecologia Humana**. Walter A. Neves (editor). São Paulo. 2013.
- LACERDA, Nayara Ferreira. Educação para a emancipação: O território quilombola como “lugar de memória” e identidade étnico-cultural. **Revista Mosaico** (Rio de Janeiro), 2020, Vol.12 (18), p.52-69. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- LACLAU, E. Emancipations. London: Verso, 1996. *In*: HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 2ª Edição.
- MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. *Revista Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 80, maio 2017, Páginas 353 – 370 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-49792017000200009>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educar em revista**, 2018, Vol.34 (69), p.193-207. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- MISCIGENADO. *In*: DICIO **Dicionário Houaiss Corporativo**. Disponível em: https://www.houaiss.net/corporativo/plugin_html.php. Acesso em 15 jul. 2022.
- NASCIMENTO, Luiz Eduardo Gomes do. Os quilombos como novos nomes da terra. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental). Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista** _ 2a ed. _ Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002. 362 p.
- RODRIGUES, Isabael Cristina França dos Santos. Escolas de ontem e de hoje na Amazônia paraense: Fissuras em prol das aprendizagens e da Formação docente. **REMATEC**, 2020, Vol.15 (33), p.224. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SANTOS, Robson Marques dos. Crianças nos Terreiros de Candomblé do Sertão. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental). Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos *et al*. Possibilidades e realidades em comunidades Quilombolas do Maranhão: o turismo como resgate da memória e identidade. **Revista de Turismo Contemporâneo**, 2020, Vol.8 (2), p.316-336. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SILVA, Ioná Pereira da. Povos de Terreiro, Ancestralidade, Corpo e Território: Meio ambiente Integro como Direito Fundamental. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental). Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2020.
- SILVA NETO, Nirson Medeiros da; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Justiça restaurativa e conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: um estudo de caso no município de Santarém, Pará. **Revista ciências da sociedade**, 2018-08-24, Vol.2 (3), p.238-259. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2005. p. 7-87
- TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. **Revista crítica de ciências sociais**, 2018 (115), p.51-74. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança**. Ática 1998.
- WHITEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. **The integrative review: updated methodology**. *Journal of Advanced Nursing*, 2005, v.52, n.5, p. 546–553, Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <http://users.phhp.ufl.edu/rbauer/>

ebpp/whittemore_knaf1_05.pdf>. Acesso em: 22 nov.2022.